



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



Ofício nº 372/GVEM/2023.

Juara - MT, 22 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Jayme Veríssimo de Campos
Senador da República
Brasília – DF

Jayme Veríssimo de Campos – Senador da República
Protocolo nº 1771/2023 – 23/11/2023
Assunto: Ofício nº 372/GVEM/2023 – Solicitando providências junto aos ministros.

Excelentíssimo Senador,

Venho por intermédio deste, com o intuito de expressar minha profunda preocupação e um senso de responsabilidade cívica diante de recentes acontecimentos que têm gerado inquietação e desconfiança na sociedade brasileira. Refiro-me, em especial, às ações de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que têm despertado considerável descontentamento e desaprovação por parte da população.

Um episódio que merece atenção especial é a visita da chamada "Dama do Tráfico" ao Ministério da Justiça, que, compreensivelmente, gerou um clamor público por transparência e esclarecimentos. A presença de uma figura associada a atividades ilícitas em um órgão tão vital para a justiça e segurança do país suscitou dúvidas legítimas e prejudicou a confiança nas instituições.

Além disso, chamo a atenção para outra situação que tem gerado grande comoção e questionamentos por parte da sociedade. O Ministro Alexandre de Moraes, negou um pedido para a concessão de liberdade provisória ao empresário Cleriston Pereira, que estava detido na Penitenciária da Papuda, em Brasília-DF, por suposta participação nos eventos ocorridos em 8 de janeiro. O empresário, que apresentava sérios problemas de saúde, veio a falecer em 20 de novembro de 2023, enquanto ainda estava sob custódia. A recusa do pedido de liberdade provisória levanta questionamentos sobre o respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana, aspectos cruciais que merecem ser cuidadosamente considerados na análise das ações dos ministros do STF.

Apesar da independência dos poderes ser crucial para a manutenção do Estado de Direito. É imperativo que haja mecanismos eficazes para avaliar e corrigir situações que possam comprometer a integridade e a confiança do povo nas instituições responsáveis pela administração da justiça.

Orlando

www.juara.mt.leg.br / camarajuara@hotmail.com / camara@juara.mt.leg.br

Ouvidoria : ouvidoria@juara.mt.leg.br / 0800 643-1009 - 66 3556-3601

Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S - Centro - Telefone 66 3556-1260 - CEP 78575-000 - Juara - MT



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que usem de sua posição como representantes do povo para cobrar providências e garantir a prestação de contas por parte dos ministros. Sendo fundamental que sejam realizadas investigações transparentes e imparciais sobre as circunstâncias que envolvem os casos citados, assegurando que a justiça seja feita e que a sociedade possa confiar nas instituições que a representam.

Atenciosamente,


Ver. Eraldo Francisco Alves
(Eraldo Markito)
Segundo Secretário

21 de novembro de 2023, 17h:44 - A | A

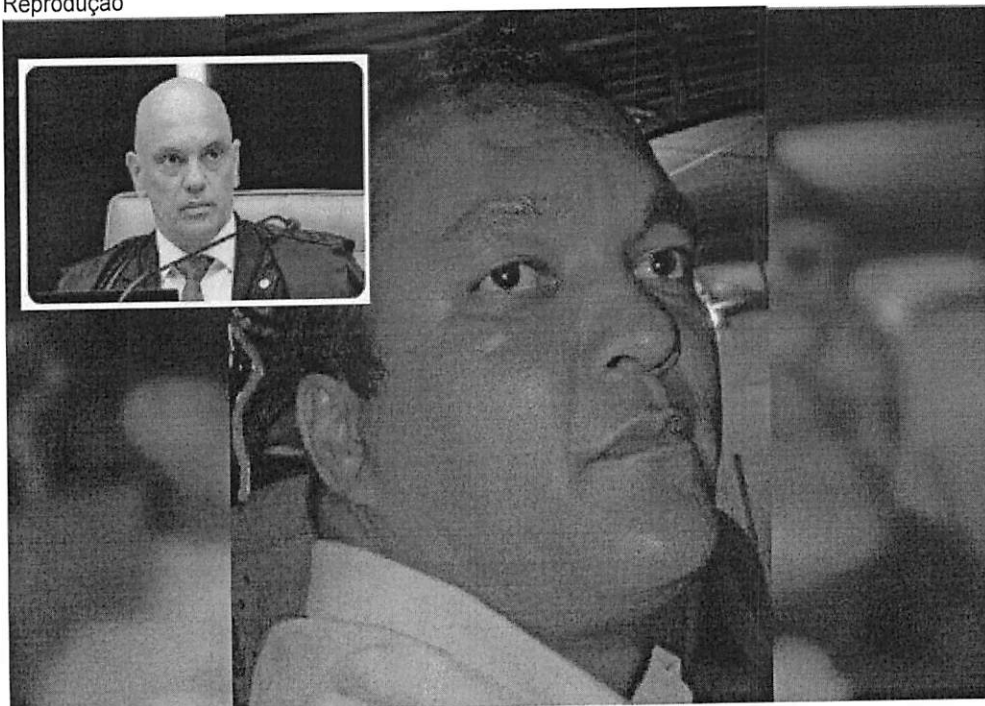


PODERES / PRESO POR ORDEM DO STF

Medeiros quer que Moraes seja responsabilizado por morte de manifestante na Papuda

Empresário Cleriston Pereira estava preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília, por suposta participação nos atos de 8 de janeiro.

Reprodução



Cleriston Pereira morreu durante banho de sol

DO REPÓRTERMT

O deputado federal por Mato Grosso, José Medeiros (PL), cobrou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, seja responsabilizado pela morte do empresário Cleriston Pereira, que estava preso

preventivamente na Penitenciária da Papuda, em Brasília, por suposta participação nos atos de 8 de janeiro.

Moraes negou um pedido para que o empresário fosse colocado em liberdade provisória, em função de seus problemas de saúde. Cleriston morreu após passar mal durante o "banho de sol" na penitenciária, na segunda-feira (20). Informação preliminar é de que o empresário sofreu um infarto fulminante.

>>> Clique aqui e receba notícias de MT na palma da sua mão

No dia 1º de setembro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) deu parecer favorável ao pedido, mas até a morte de Pereira, nesta segunda-feira (20), o documento não havia sido analisado por Moraes.

“Se isso tivesse acontecido na primeira instância o caso já seria um escândalo nacional e provavelmente o juiz já estaria afastado. Como disse o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-RS), o caso é de impeachment do ministro Alexandre de Moraes”, frisou Medeiros, durante pronunciamento na Tribuna da Câmara Federal nesta terça-feira (21).

Leia mais - Preso do 8 de Janeiro morre durante banho de sol na Papuda

Ainda em seu pronunciamento, Medeiros solicitou à liderança do PL na Casa de Leis uma reunião para discutir uma medida para suspender a indicação da medalha 'Mérito Legislativo' concedida a Moraes pela Câmara Federal.

“A Casa de Leis não pode chancelar o que aconteceu na Papuda. Dar uma medalha para o ministro Alexandre de Moraes nesse momento seria cuspir na cara de todos aqueles que foram presos injustamente, principalmente da família de Cleriston, que nesse momento está velando seu ente querido. O ministro Alexandre precisa, porque eu acho que do Senado não vai sair nada, receber, no mínimo, uma sanção moral aqui da Câmara”, cobrou o deputado Medeiros.

Por fim, José Medeiros afirmou que o caso demonstra que as prerrogativas do Ministério Público estão sendo ignoradas. “Está se abolindo o Ministério Público. Eu espero que o MP não fique de capacho, que acorde e que veja que suas prerrogativas estão sendo jogadas no lixo. Como o Ministério Público, que é o autor da ação, diz para soltar e o ministro diz que não. Isso está errado”.

Disponível em:

<https://www.reportermt.com/poderes/medeiros-quer-que-moraes-seja-responsabilizado-por-morte-de-manifestante-na-papuda/199383>

13 de novembro de 2023, 17h:41 - A | A



PODERES / ABSURDO

Deputada detona ida de "dama do tráfico" ao Ministério da Justiça e pede investigação; "Inaceitável"

Amália disse que o encontro compromete totalmente a integridade e a seriedade das instituições.

Conexão Poder



A deputada classificou como "inaceitável" o encontro entre integrantes do Ministério da Justiça e a esposa do "Tio Patinhas", líder do CV.

**FERNANDA ESCOUTO
DO REPÓRTERMT**

A deputada federal Amália Barros (PL) detonou e classificou como inaceitável a audiência entre integrantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e

Luciane Barbosa Farias, esposa de Clemilson dos Santos Farias, líder da facção criminosa Comando Vermelho no Amazonas.

Conhecida como “dama do tráfico amazonense”, Luciane esteve no prédio em março, para audiências com Elias Vaz, secretário Nacional de Assuntos Legislativos de Flávio Dino, e em 2 de maio, quando se encontrou com Rafael Velasco Brandani, titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

>>> Clique aqui e receba notícias de MT na palma da sua mão

“Eu considero inaceitável, lamentável, é um absurdo que uma esposa de uma liderança do Comando Vermelho, uma organização criminosa notoriamente envolvida em atividade ilícita tenha participado das reuniões com os ministérios. A presença desses criminosos, narcotraficantes em encontros com o governo federal é um absurdo”, disse Amália à imprensa, nesta segunda-feira (13).

A deputada ressalta que o caso tem que ser investigado, pois compromete as ações do Ministério da Justiça.

“Compromete totalmente a integridade e a seriedade das instituições. É muito importante que as autoridades investiguem de forma rigorosa essa situação e esclareçam os motivos que ocorreram. É um absurdo essa visita e nós temos que fiscalizar”, completou.

Clemilson, conhecido como Tio Patinhas, cumpre 31 anos no presídio de Tefé, no Amazonas.

Luciane também foi sentenciada a dez anos, mas responde em liberdade pelos crimes de lavagem de dinheiro, associação para o tráfico e organização criminosa.

Disponível em: <https://www.reportermt.com/poderes/deputada-detona-ida-de-dama-do-trafico-ao-ministerio-da-justica-e-pede-investigacao-inaceitavel/199026>

21 de novembro de 2023, 10h:17 - A | A



PODERES / ESQUEMA NO BNDES

STF muda próprio julgamento e absolve ex-deputado Paulinho da Força

Ministros acolheram os argumentos apresentados pela defesa de Paulo Pereira da Silva contra decisão da Primeira Turma do tribunal de 2020.

Reprodução



O ex-deputado federal Paulinho da Força tinha sido condenado por desvios no BNDES

FOLHA DE SP

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou atrás em julgamento da própria corte e sob alegada falta de provas absolveu nesta segunda-feira (20) o ex-deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade) em suposta participação em esquema

de desvio de valores liberados em contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os ministros acolheram os argumentos apresentados pela defesa de Paulo Pereira da Silva contra decisão da Primeira Turma do tribunal de 2020, que condenou o político a 10 anos e 2 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa.

>>> Clique aqui e receba notícias de MT na palma da sua mão

O ex-parlamentar havia sido denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por atuar para três empréstimos junto ao banco estatal que somaram R\$ 524 milhões.

Em recurso chamado "embargos de declaração", os advogados do político negaram as acusações e argumentaram que não houve nenhum prejuízo ao banco.

Votaram pela absolvição de Paulinho os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, André Mendonça, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques e o próprio Toffoli.

Já o presidente do STF e relator da ação, Luís Roberto Barroso, e os ministros Edson Fachin e Luiz Fux votaram por manter a condenação do ex-deputado, excluindo o crime de quadrilha por ter ocorrido prescrição, diminuindo a sua pena para 8 anos e 2 meses de reclusão. **Leia mais na Folha de SP**

Disponível em:

<https://www.reportermt.com/poderes/stf-muda-proprio-julgamento-e-absolve-ex-deputado-paulinho-da-forca/199342>